

QUESTÃO - TEMA 01

Sobre o acordo de não persecução penal (ANPP), responda:

- a) Qual a natureza jurídica do ANPP? (2,00 pontos)
b) O ANPP é direito subjetivo do investigado/acusado ou discricionariedade do Órgão Acusador? Justifique. (2,50 pontos)
c) Cite três hipóteses em que NÃO é cabível o ANPP, segundo o CPP. (3,00 pontos)
d) O juiz pode se recusar a homologar o ANPP? Se sim, em que situações? Se não, porque? (2,50 pontos)
- Uso correto do português: 10 pontos

PADRÃO DE RESPOSTA:

a) O ANPP possui natureza jurídica de negócio jurídico extraprocessual. Ou seja, trata-se de acordo entabulado pelas partes sem se dar dentro do processo, sendo levado ao Juízo tão somente para sua homologação caso formalmente regular.

b) Prevalece na jurisprudência (STJ) que o oferecimento de ANPP é uma discricionariedade do Ministério Público, não constituindo direito subjetivo do réu ou investigado. Contudo, há corrente minoritária que entende ser um direito subjetivo do investigado, caso preenchidos os requisitos legais. Na defesa processual penal, deve-se filiar à segunda corrente, ainda que não prevalecente, por ser mais benéfica ao assistido da DPU.

c) as hipóteses de não cabimento do ANPP encontram-se previstas no art. 28-A, §2º do CPP, devendo ser citadas três delas, a saber: se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei; se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas; ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo; nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

d) O juiz pode recusar-se a homologar o ANPP se a proposta não atender aos requisitos legais ou se considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo. Nesse último caso, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.

CORREÇÕES:

Prova 100081	Pontuação
Questão "a"	1,50
Questão "b"	1,00
Questão "c"	2,00
Questão "d"	1,50
Uso correto do português	9
Total	15,00

Prova 100086	Pontuação
Questão "a"	0,00
Questão "b"	1,00
Questão "c"	1,00
Questão "d"	0,00
Uso correto do português	6,00
Total	8,00

Questão – TEMA 2

- a) Considerando que a má-fé não se presume e que a assistida apresentou documento de identidade verdadeiro quando do requerimento da aposentadoria, pode o INSS efetuar tais descontos?
- b) Com base nos elementos apresentados na narrativa e na questão anterior (alínea “a”), o equívoco na concessão do benefício pode ser imputado à assistida?
- c) Mencione pelo menos um princípio de natureza constitucional/cível que fundamente o pleito da assistida.
- d) Considerando que o benefício de pensão por morte concedido à assistida é de natureza alimentar, é compatível com princípios constitucionais o desconto de 100% efetuado pelo INSS?
- e) Na ação anulatória de débito a ser proposta, a assistida tem direito ao pedido de repetição de indébito (devolução dos valores descontados indevidamente)?

PADRÃO DE RESPOSTA:

- a) **Questionamento sobre a possibilidade de desconto no benefício e justificativa. Erro administrativo. Tema Repetitivo 979 STJ (2,0 pontos).**
- b) **Responsabilidade da assistida na concessão do benefício indevido. Apresentação de documento verdadeiro. Boa-fé da assistida. (2,0 pontos).**
- c) **Princípio(s) constitucional(is)/cível(is) aplicáveis ao caso. Princípios da dignidade da pessoa humana e da boa-fé. (2,0 pontos).**
- d) **Questionamento sobre a constitucionalidade do percentual de desconto aplicado. Princípios da dignidade da pessoa humana e garantia do mínimo existencial (2,0 pontos).**
- e) **Direito à repetição de indébito (2,0 pontos).**

CORREÇÕES:

INSCRIÇÃO: 1000148	PONTUAÇÃO
Questão “a” (2,0 pontos)	2,0
Questão “b” (2,0 pontos)	2,0
Questão “c” (2,0 pontos)	2,0
Questão “d” (2,0 pontos)	2,0
Questão “e” (2,0 pontos)	2,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	10,0
TOTAL	20,0

INSCRIÇÃO: 1000085	PONTUAÇÃO
Questão "a" (2,0 pontos)	2,0
Questão "b" (2,0 pontos)	2,0
Questão "c" (2,0 pontos)	2,0
Questão "d" (2,0 pontos)	2,0
Questão "e" (2,0 pontos)	2,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	10,0
TOTAL	20,0

INSCRIÇÃO: 1000025	PONTUAÇÃO
Questão "a" (2,0 pontos)	2,0
Questão "b" (2,0 pontos)	2,0
Questão "c" (2,0 pontos)	2,0
Questão "d" (2,0 pontos)	2,0
Questão "e" (2,0 pontos)	2,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	5,0
TOTAL	15,0

INSCRIÇÃO: 1000169	PONTUAÇÃO
Questão "a" (2,0 pontos)	2,0
Questão "b" (2,0 pontos)	2,0
Questão "c" (2,0 pontos)	2,0
Questão "d" (2,0 pontos)	2,0
Questão "e" (2,0 pontos)	2,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	10,0
TOTAL	20,0

INSCRIÇÃO: 1000088	PONTUAÇÃO
Questão "a" (2,0 pontos)	2,0
Questão "b" (2,0 pontos)	2,0
Questão "c" (2,0 pontos)	2,0
Questão "d" (2,0 pontos)	2,0
Questão "e" (2,0 pontos)	0,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	10,0
TOTAL	18,0

INSCRIÇÃO: 1000196	PONTUAÇÃO
Questão "a" (2,0 pontos)	2,0
Questão "b" (2,0 pontos)	2,0
Questão "c" (2,0 pontos)	0,0
Questão "d" (2,0 pontos)	2,0
Questão "e" (2,0 pontos)	2,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	9,0
TOTAL	17,0

INSCRIÇÃO: 1000159	PONTUAÇÃO
Questão "a" (2,0 pontos)	0,0
Questão "b" (2,0 pontos)	2,0
Questão "c" (2,0 pontos)	2,0
Questão "d" (2,0 pontos)	2,0
Questão "e" (2,0 pontos)	2,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	5,0
TOTAL	13,0

INSCRIÇÃO: 1000127	PONTUAÇÃO
Questão "a" (2,0 pontos)	1,5
Questão "b" (2,0 pontos)	2,0
Questão "c" (2,0 pontos)	2,0
Questão "d" (2,0 pontos)	2,0
Questão "e" (2,0 pontos)	2,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	10,0
TOTAL	19,5

INSCRIÇÃO: 1000157	PONTUAÇÃO
Questão "a" (2,0 pontos)	2,0
Questão "b" (2,0 pontos)	2,0
Questão "c" (2,0 pontos)	2,0
Questão "d" (2,0 pontos)	2,0
Questão "e" (2,0 pontos)	2,0
PORTUGUES (10,0 pontos)	8,0
TOTAL	18,0